



ESTADO DO PIAUÍ  
MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17

**PREGÃO ELETRÔNICO n° 006-2026**  
**CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Francisco Macedo – PI.**

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de peças veiculares.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.176.986,20.

DATA DA DISPUTA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 21/05/2026 às 09h00min (horário de Brasília).

Critério de Julgamento: Menor preço e adjudicação por lote.

Modo de disputa: **Aberto**

Sítio: <https://novobbmnet.com.br/>



ESTADO DO PIAUÍ  
MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

## PREGÃO ELETRÔNICO n° 006-2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Francisco Macedo - PI, por meio do setor competente de licitações e contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para fornecimento de peças veiculares, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- 1.2. A licitação terá adjudicação por lote, conforme tabela constante do Termo de Referência.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos;
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;



2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006;

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.8. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.9. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.10. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.11. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.12. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.13. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.14. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.



- 2.17. O impedimento de que trata será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 2.18. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens deste edital poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;
- 2.19. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.20. O disposto nos itens deste edital não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;
- 2.21. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 2.22. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

#### **3.2. DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL NOVO BBMNET:**

3.3. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no



ESTADO DO PIAUÍ  
MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

endereço eletrônico <https://novobbmnet.com.br/>, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”;

3.4. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, Whatsapp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico <https://novobbmnet.com.br/>;

3.5. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site <https://novobbmnet.com.br/>.

#### **4. PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/LANCES.**

4.1. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio <https://novobbmnet.com.br/>, opção "Login" opção “Licitação Pública” “Sala de Negociação”

4.2. As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste edital.

4.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

4.4. Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

4.5. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame;

4.6. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “<https://novobbmnet.com.br/>”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

#### **5. DA PROPOSTA DE PREÇOS.**



- 5.1.O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;
- 5.2.As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal;
  - 5.3. Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:
  - 5.4. Os produtos ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência;
  - 5.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o valor total.
- 5.6.Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, o licitante deverá preencher as informações no campo apropriado do sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias, contendo a marca de cada um dos itens ofertados, assim como anexar ficha técnica em arquivo.
  - 5.7. Verificar a condição da empresa caso ela seja ME/EPP e informar em campo próprio da plataforma BBMNET Licitações.
- 5.8.Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas implicitamente todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

## **6. ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES.**

- 6.1.A partir do horário previsto no edital, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas;
- 6.2.Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;
- 6.3.Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances;



- 6.4. Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o lote.
- 6.5. Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes da mesma licitação.
- 6.6. Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.
- 6.7. **ABERTO:** O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática. O sistema informará “Dou-lhe uma” quando faltar 02m00s (dois minutos para o termino da etapa de lances (sessão pública), “Dou-lhe duas” quando faltar 01m00s (um minuto) e “Dou-lhe três – Fechado” quando chegar no tempo programado para o encerramento. Na hipótese de haver um lance de preço menor que o menor lance de preço registrado no sistema, nos últimos 02m00s do período de duração da sessão pública, o sistema prorrogará automaticamente o tempo de fechamento em mais 02m00s a partir do momento do registro do último lance, reiniciando a contagem para o fechamento, a partir do “Dou-lhe uma” e, assim, sucessivamente.
- 6.8. O pregoeiro tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima.
- 6.9. Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes são avisados via chat na sala de negociação, a linha do lote/item também indica essa fase (na coluna Situação) e, no caso de uma Prorrogação Automática, o ícone de “Dou-lhe uma”, “Dou-lhe duas”, é exibido;
- 6.10. Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/MEI, conforme procedimento detalhado no item 14 deste Edital.
- 6.11. O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances. Haverá preferência de contratação como critério de desempate, definido neste instrumento convocatório para fornecedor local (dentro da circunscrição municipal) ou regional (dentro do estado do Piauí) enquadrado como ME/EPP em até 10% superior ao menor preço



apresentado, na forma da LC nº 123/2006 recepcionada pela Lei 14.133/2021, conforme regulamentação municipal.

## **7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.**

- 7.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "menor preço", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor por lote, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital;
- 7.2. Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o Pregoeiro negociará a redução do preço com o seu detentor;
- 7.3. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas nos deste Edital;
- 7.4. No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos, a contar da convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens;
- 7.5. A inobservância aos prazos, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.
- 7.6. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- 7.7. Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital;
- 7.8. Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados;



7.9. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pelo Pregoeiro.

## **8. DA HABILITAÇÃO.**

8.1. Os documentos relativos à habilitação dos licitantes, serão vinculados na fase de habilitação conforme legislação, por meio eletrônico (upload), nos formatos permitidos, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma <https://novobbmnet.com.br/>, podendo ainda o pregoeiro aprazar tempo de envio para redefinição de preços e vinculação de documentação e apresentação de proposta final, dentre outros casos.

8.2. Franqueada vista aos interessados, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso;

8.3. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente;

8.4. Caso haja solicitação dos originais ou cópias autenticadas dos documentos enviados (habilitação e proposta final) deverão ser relacionados e apresentados na Secretaria de Administração desta Prefeitura, localizada na Av. Maria de C. Alencar, 36, centro, FRANCISCO MACEDO, Estado do Piauí, das 08 h às 13 h, em até 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis, considerando-se ainda a obrigatoriedade de envio de comprovante dos documentos para o município caso opte por via postal, enviado no e-mail informado no aviso de licitação;

8.5. Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial;

8.6. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

8.7. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente

## **9. DA FASE DE JULGAMENTO.**



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

- 9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 9.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992;
- 9.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput);
- 9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);
- 9.7. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º);
- 9.8. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;
- 9.9. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 9.10. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022;
- 9.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

- 9.12. conter vícios insanáveis;
- 9.13. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.14. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.15. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.16. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.17. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, podendo o pregoeiro solicitar a composição de custos a qualquer tempo, independentemente da margem percentual.
  - 9.18. Na inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 9.7, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
    - 9.19. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - 9.20. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;
- 9.21. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, com composição de custos detalhada, conforme documentação a ser exigida e no tempo definido.
- 9.22. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, no mesmo prazo de entrega, sob pena de não aceitação da proposta;
- 9.23. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes;
- 9.24. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema;
- 9.25. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.



9.26. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 10. DA FASE DE HABILITAÇÃO.

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, caso o licitante o possua, com validade na data do certame.

### 10.3. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.4. Será exigida a seguinte documentação, inserida no sítio eletrônico informado, de acordo com as previsões legais e suas exceções quanto à regularidade fiscal:

#### Habilitação jurídica:

- 10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e/ou último aditivo no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

- 10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 10.12. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 10.13. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação;
- 10.14. Declaração que sua (s) proposta (s) econômica (s) compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme exigência do Art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

- 10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, ou documento equivalente;
- 10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, ou equivalente;
- 10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



- 10.21. Declaração sobre o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sobre empregabilidade de menores;
- 10.22. As documentações de habilitações fiscal, social e trabalhista, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, na forma disposta na Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Qualificação Econômico-Financeira:**

- 10.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ou equivalente - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

#### **Qualificação técnica:**

- 10.24. Comprovação de aptidão por certidão (s) ou atestado (s), que demonstrem capacidade operacional na execução de fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
- 10.25. Na participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;
- 10.26. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;
- 10.27. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer meio admissível no ordenamento jurídico;
- 10.28. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021;
- 10.29. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º);



- 10.30. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput);
- 10.31. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único);
- 10.32. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;
- 10.33. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência e neste edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;
- 10.34. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º);
- 10.35. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 10.36. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 10.37. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.38. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem;
- 10.39. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior;



10.40. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **11. DOS RECURSOS.**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata;

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.4. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.5. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;

11.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos;

11.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

11.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

11.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;

11.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico onde ocorreu o certame.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.**



12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa que:

12.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.4. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.5. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.6. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.7. deixar de apresentar amostra;

12.8. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.9. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.10. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.11. fraudar a licitação;

12.12. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.13. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.14. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.15. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.16. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.17. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

12.18. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.19. advertência;

12.20. Multa;

12.21. impedimento de licitar e contratar e

12.22. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.23. Na aplicação das sanções serão considerados:



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

- 12.24. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.25. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.26. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.27. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.28. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.29. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.30. Para as infrações previstas nos itens 12.2, 12.3 e 12.9, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;
- 12.31. Para as infrações previstas nos itens 12.10, 12.11, 12.12, 12.16, 12.17, 12.18, 12.23 e 12.29 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.32. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;
- 12.33. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2, 12.3 e 12.9, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 12.34. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.10, 12.11, 12.12, 12.16 e 12.17, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.2, 12.3 e 12.9 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021;
- 12.35. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.18, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022;
- 12.36. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou



mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.;

- 12.37. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;
- 12.38. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;
- 12.39. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;
- 12.40. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame;
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica no site utilizado ou por e-mail;
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;
- 13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação;
- 13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**



- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico;
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital;
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico <https://novobbmnet.com.br/>;
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.12. ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.13. ANEXO II – Modelos de declarações;
- 14.14. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

Francisco Macedo (PI), 05 de maio de 2026.

**Fábio Guimarães Granja**  
**Pregoeiro**



## TERMO DE REFERENCIA- ANEXO I

À PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MACEDO – PI, E SUAS SECRETARIAS.

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças veiculares, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, com adjudicação por lote, conforme segue.

LOTE 01 FIAT STRADA PLC UKG-7A48						
Lote	Item	Descrição Técnica	Quantidade	Unidade	V. Unit.	V. Total
1	1	AMORTECEDORES DIANTEIROS	4	Unidade	422,95	1.691,80
1	2	AMORTECEDORES TRASEIROS	4	Unidade	286,98	1.147,92
1	3	ANÉIS DE SEGMENTO	2	Unidade	466,80	933,60
1	4	ANEL DE COLETOR ADMISSÃO	4	Unidade	60,07	240,28
1	5	ANEL SINCRONIZADOR	8	Unidade	171,09	1.368,72
1	6	ANTICHAMA DO MOTOR	2	Unidade	62,63	125,26
1	7	ATUADOR DE EMBREAGEM	2	Unidade	450,70	901,40
1	8	BANDEJA DIANTEIRA LD SUSPENSÃO	2	Unidade	607,43	1.214,86
1	9	BANDEJA DIANTEIRA LE SUSPENSÃO	2	Unidade	568,74	1.137,48
1	10	BASE MOTOR	4	Unidade	198,01	792,04
1	11	BATEDOR TRASEIRO STRADA	4	Unidade	158,92	635,68
1	12	BATERIA 60 AMP.	2	Unidade	673,43	1.346,86
1	13	BICO INJETOR	8	Unidade	323,88	2.591,04
1	14	BIELA	8	Unidade	435,07	3.480,56
1	15	BIELETA	8	Unidade	69,40	555,20
1	16	BOBINA DE IGNIÇÃO	2	Unidade	425,81	851,62
1	17	BOMBA D'ÁGUA	4	Unidade	208,60	834,40
1	18	BOMBA DE COMBUSTÍVEL COMPLETA	4	Unidade	819,33	3.277,32



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**

Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro

CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080

CNPJ: 01.612.577/0001-17

ADM 2025-2028

1	19	BOMBA DE DH	2	Unidade	743,78	1.487,56
1	20	BOMBA DE ÓLEO	2	Unidade	696,42	1.392,84
1	21	BORRACHA DE PORTA	8	Unidade	86,87	694,96
1	22	BRONZINA DE BIELA	2	Unidade	321,25	642,50
1	23	BRONZINA DE MANCAL	2	Unidade	405,37	810,74
1	24	BUCHA DE BANDEJA DIANTEIRA	8	Unidade	40,11	320,88
1	25	BUCHA ESTABILIZADOR	8	Unidade	49,69	397,52
1	26	BUCHA SUPORTE ESCAPE	10	Unidade	23,32	233,20
1	27	BUZINA	4	Unidade	71,89	287,56
1	28	CABO DE FREIO MÃO	4	Unidade	98,71	394,84
1	29	CABO DE VELA	8	Unidade	159,57	1.276,56
1	30	CABO PASSADOR DA CAIXA DE MARCHA	4	Unidade	520,67	2.082,68
1	31	CAIXA DE DIREÇÃO	2	Unidade	2.504,63	5.009,26
1	32	CATALISADOR	2	Unidade	1.084,05	2.168,10
1	33	CHAVE DIRECIONAL	2	Unidade	818,62	1.637,24
1	34	CHAVE MAGNÉTICA	2	Unidade	314,68	629,36
1	35	CILINDRO DE FREIO RODA TRASEIRA	8	Unidade	69,87	558,96
1	36	CILINDRO DE IGNIÇÃO	2	Unidade	236,88	473,76
1	37	CILINDRO MESTRE FREIO	2	Unidade	464,50	929,00
1	38	COIFA JUNTA DESLIZANTE	10	Unidade	40,44	404,40
1	39	COIFA JUNTA HOMOCINÉTICA	10	Unidade	39,34	393,40
1	40	CONECTOR PLUGUE DA FLANGE DA BOMBA	4	Unidade	38,52	154,08
1	41	CONTROLE DO ATUADOR DA BORBOLETA ACELERAÇÃO	2	Unidade	115,88	231,76
1	42	CORPO BORBOLETA	2	Unidade	975,73	1.951,46
1	43	CORREIA ALTERNADOR	4	Unidade	83,36	333,44
1	44	CORREIAS DENTADA	4	Unidade	95,71	382,84
1	45	COXIM AMORTECEDOR DIANT.	4	Unidade	252,15	1.008,60
1	46	COXIM DO CAMBIO INFERIOR	4	Unidade	239,70	958,80
1	47	CUBO DE RODA DIANTEIRA	4	Unidade	165,35	661,40
1	48	CUBO RODA TRASEIRA	4	Unidade	223,65	894,60
1	49	ESTATOR ALTERNADOR	2	Unidade	374,95	749,90
1	50	FAROL LD	2	Unidade	955,57	1.911,14
1	51	FAROL LE	2	Unidade	985,04	1.970,08
1	52	FUSÍVEIS	50	Unidade	1,13	56,50
1	53	HIDROVACUO	2	Unidade	746,16	1.492,32
1	54	IMPULSOR DE PARTIDA	4	Unidade	256,15	1.024,60
1	55	INDUZIDO MOTOR DE	4	Unidade	423,73	1.694,92



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**

Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro

CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080

CNPJ: 01.612.577/0001-17

ADM 2025-2028

1	56	INTERRUPTOR NÍVEL DE ÓLEO	8	Unidade	65,59	524,72
1	57	JUNTA DE COLETOR ADMISSÃO	10	Unidade	33,95	339,50
1	58	JUNTA DE ESCAPE	3	Unidade	33,01	99,03
1	59	JUNTA DE TAMPA DE VÁLVULA	6	Unidade	55,66	333,96
1	60	JUNTA HOMOCINÉTICA	8	Unidade	377,26	3.018,08
1	61	KIT DE AMORTECEDORES DIANTEIRO	8	Unidade	51,82	414,56
1	62	KIT EMBREAGEM COMPOSTO POR PLATÔ DISCO E COLAR	2	Unidade	717,69	1.435,38
1	63	KIT JUNTA MOTOR COMPLETA	2	Unidade	621,33	1.242,66
1	64	LAMPADA 1034	20	Unidade	7,57	151,40
1	65	LAMPADA 1141	20	Unidade	7,65	153,00
1	66	LAMPADA H4 FAROL 55W	24	Unidade	51,41	1.233,84
1	67	LANTERNA TRASEIRA LD	2	Unidade	454,79	909,58
1	68	LANTERNA TRASEIRA LE	2	Unidade	436,54	873,08
1	69	MANGOTE DO RESPIRO	4	Unidade	113,15	452,60
1	70	MANGOTE RADIADOR INF.	4	Unidade	360,91	1.443,64
1	71	MANGOTE RADIADOR SUP.	4	Unidade	243,31	973,24
1	72	MANGUEIRA DE FREIO DT	4	Unidade	52,72	210,88
1	73	MANGUEIRA DE FREIO TS	4	Unidade	51,82	207,28
1	74	MOLAS DO SISTEMA DE FREIO TRASEIRO	4	Unidade	52,48	209,92
1	75	MOLA ESPIRAL DIANTEIRA	4	Unidade	249,33	997,32
1	76	MOTOR DE PARTIDA COMPLETO	2	Unidade	1.656,19	3.312,38
1	77	PARA-BRISA	4	Unidade	776,72	3.106,88
1	78	PARA-CHOQUE DT	4	Unidade	646,41	2.585,64
1	79	PARAFUSO DA BASE DA CAIXA	10	Unidade	33,40	334,00
1	80	PARAFUSO DE RODAS	64	Unidade	11,63	744,32
1	81	PASTILHA DE FREIO	8	Unidade	109,31	874,48
1	82	PESCADOR DE ÓLEO	2	Unidade	136,00	272,00
1	83	PIVÔ DE BANDEJA	12	Unidade	83,36	1.000,32
1	84	PONTA DE EIXO TS	4	Unidade	169,18	676,72
1	85	PROTETOR DE CÁRTER	4	Unidade	256,15	1.024,60
1	86	RADIADOR	4	Unidade	488,64	1.954,56
1	87	REFIL BOMBA DE COMBUSTÍVEL	4	Unidade	242,90	971,60
1	88	REGULADOR DE	4	Unidade	290,64	1.162,56



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
 Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
 CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
 CNPJ: 01.612.577/0001-17  
 ADM 2025-2028

		VOLTAGEM ALTERNADOR				
1	89	REPARO DA PINÇAS DE FREIO	4	Unidade	208,93	835,72
1	90	RESERVATÓRIO D'ÁGUA	4	Unidade	114,98	459,92
1	91	RETENTOR DE VÁLVULA	4	Unidade	86,10	344,40
1	92	RETENTOR DO VIRABREQUIM	2	Unidade	72,84	145,68
1	93	RETROVISOR LD	4	Unidade	238,09	952,36
1	94	RETROVISOR LE	4	Unidade	249,33	997,32
1	95	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA	4	Unidade	166,17	664,68
1	96	SAPATA DE FREIOS TRASEIRA	6	Unidade	199,73	1.198,38
1	97	SENSOR DE NÍVEL DE ÁGUA	2	Unidade	168,08	336,16
1	98	SENSOR DE POSIÇÃO DE BORBOLETA TPS	2	Unidade	173,83	347,66
1	99	SENSOR DE TEMPERATURA	8	Unidade	153,74	1.229,92
1	100	SENSOR DE VELOCIDADE	2	Unidade	207,01	414,02
1	101	SILENCIOSO INTERMEDIÁRIO	4	Unidade	238,09	952,36
1	102	SILENCIOSO TS	4	Unidade	428,58	1.714,32
1	103	SONDA LAMBDA	2	Unidade	447,69	895,38
1	104	SUPORTE ESCOVA DE PARTIDA	4	Unidade	97,40	389,60
1	105	TAMPA RESERVATÓRIO DE ÁGUA	6	Unidade	49,69	298,14
1	106	TENSOR DE CORREIA DENT.	4	Unidade	217,41	869,64
1	107	TERMINAL DE DIREÇÃO	8	Unidade	96,25	770,00
1	108	TRIZETA	6	Unidade	171,09	1.026,54
1	109	VÁLVULA SOLENOIDE	2	Unidade	150,29	300,58
1	110	VELAS DE IGNIÇÃO	12	Unidade	51,99	623,88
1	111	VIDRO DE PORTA LD	2	Unidade	318,86	637,72
1	112	VIDRO DE PORTA LE	2	Unidade	318,86	637,72

Total do lote: R\$ 111.113,63

**LOTE 02 FIAT CRONOS PLC SOZ0B46 e UKF9D17**

Lote	Item	Descrição Técnica	Quantidade	Unidade	V. Unit.	V. Total
2	1	AMORTECEDORES DIANTEIRO	4	Unidade	615,99	2.463,96
2	2	AMORTECEDORES TRASEIROS	4	Unidade	561,63	2.246,52
2	3	ANÉIS DE SEGMENTO	2	Unidade	429,04	858,08
2	4	ANEL DE COLETOR	4	Unidade	50,11	200,44
2	5	ANEL SINCRONIZADOR	8	Unidade	118,34	946,72
2	6	ANTICHAMA DO MOTOR	2	Unidade	46,69	93,38
2	7	ATUADOR DE EMBREAGEM	2	Unidade	405,52	811,04
2	8	BANDEJA DIANTEIRA LD	2	Unidade	512,79	1.025,58



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**

Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro

CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080

CNPJ: 01.612.577/0001-17

ADM 2025-2028

		SUSPENSÃO				
2	9	BANDEJA DIANTEIRA LE SUSPENSÃO	2	Unidade	526,73	1.053,46
2	10	BASE MOTOR	2	Unidade	433,96	867,92
2	11	BATEDOR TRASEIRO STRADA	8	Unidade	35,77	286,16
2	12	BATERIA 60 AMP.	2	Unidade	635,46	1.270,92
2	13	BICO INJETOR	8	Unidade	307,63	2.461,04
2	14	BIELA	8	Unidade	401,64	3.213,12
2	15	BIELETA	8	Unidade	59,60	476,80
2	16	BOBINA DE IGNIÇÃO	2	Unidade	471,50	943,00
2	17	BOMBA D'ÁGUA	4	Unidade	198,24	792,96
2	18	BOMBA DE COMBUSTÍVEL COMPLETA	2	Unidade	775,28	1.550,56
2	19	BOMBA DE DH	2	Unidade	657,95	1.315,90
2	20	BOMBA DE ÓLEO	2	Unidade	616,61	1.233,22
2	21	BORRACHA DE PORTA	16	Unidade	86,54	1.384,64
2	22	BRONZINA DE BIELA	2	Unidade	345,00	690,00
2	23	BRONZINA DE MANCAL	2	Unidade	384,56	769,12
2	24	BUCHA DE BANDEJA DIANTEIRA	8	Unidade	36,28	290,24
2	25	BUCHA ESTABILIZADOR	8	Unidade	41,46	331,68
2	26	BUCHA SUPORTE ESCAPE	8	Unidade	17,57	140,56
2	27	BUZINA	4	Unidade	57,70	230,80
2	28	CABO DE EMBREAGEM	2	Unidade	138,46	276,92
2	29	CABO DE FREIO MÃO	8	Unidade	102,15	817,20
2	30	CABO DE VELA	4	Unidade	156,29	625,16
2	31	CABO PASSADOR DA CAIXA DE MARCHA	8	Unidade	429,33	3.434,64
2	32	CAIXA DE DIREÇÃO	4	Unidade	263,06	1.052,24
2	33	CATALISADOR	2	Unidade	1.080,92	2.161,84
2	34	CHAVE DIRECIONAL	2	Unidade	785,91	1.571,82
2	35	CHAVE MAGNÉTICA	2	Unidade	279,93	559,86
2	36	CILINDRO DE FREIO RODA TRASEIRA	8	Unidade	87,40	699,20
2	37	CILINDRO DE IGNIÇÃO	2	Unidade	265,22	530,44
2	38	CILINDRO MESTRE FREIO	2	Unidade	492,92	985,84
2	39	COIFA JUNTA DESLIZANTE	10	Unidade	41,39	413,90
2	40	COIFA JUNTA HOMOCINÉTICA	10	Unidade	42,06	420,60
2	41	CONECTOR PLUGUE DA FLANGE DA BOMBA	4	Unidade	34,96	139,84
2	42	CONTROLE DO ATUADOR DA BORBOLETA ACELERAÇÃO	2	Unidade	92,72	185,44
2	43	CORPO BORBOLETA	2	Unidade	748,74	1.497,48



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**

Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro

CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080

CNPJ: 01.612.577/0001-17

ADM 2025-2028

2	44	CORREIA ALTERNADOR	4	Unidade	86,97	347,88
2	45	CORREIAS DENTADA	4	Unidade	84,93	339,72
2	46	COXIM AMORTECEDOR DIANT.	4	Unidade	215,28	861,12
2	47	COXIM DO CAMBIO INFERIOR	4	Unidade	236,90	947,60
2	48	CUBO DE RODA DIANTEIRA	4	Unidade	125,15	500,60
2	49	CUBO RODA TRASEIRA	4	Unidade	241,50	966,00
2	50	ESTATOR ALTERNADOR	2	Unidade	353,63	707,26
2	51	FAROL LD	2	Unidade	905,63	1.811,26
2	52	FAROL LE	2	Unidade	859,63	1.719,26
2	53	FUSÍVEIS	60	Unidade	1,18	70,80
2	54	HIDROVACUO	2	Unidade	1.042,67	2.085,34
2	55	IMPULSOR DE PARTIDA	4	Unidade	205,62	822,48
2	56	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	4	Unidade	390,89	1.563,56
2	57	INTERRUPTOR NÍVEL DE ÓLEO	8	Unidade	51,23	409,84
2	58	JUNTA DE COLETOR ADMISSÃO	10	Unidade	24,00	240,00
2	59	JUNTA DE ESCAPE	4	Unidade	23,15	92,60
2	60	JUNTA DE TAMPA DE VÁLVULA	8	Unidade	57,88	463,04
2	61	JUNTA HOMOCINÉTICA	8	Unidade	276,10	2.208,80
2	62	KIT DE AMORTECEDORES DIANTEIRO	8	Unidade	47,00	376,00
2	63	KIT EMBREAGEM COMPOSTO POR PLATÔ DISCO E COLAR	2	Unidade	750,95	1.501,90
2	64	KIT JUNTA MOTOR COMPLETA	2	Unidade	575,00	1.150,00
2	65	LAMPADA 1034	40	Unidade	4,69	187,60
2	66	LAMPADA 1141	40	Unidade	4,68	187,20
2	67	LAMPADA H4 FAROL 55W	30	Unidade	40,79	1.223,70
2	68	LANTERNA TRASEIRA LD	4	Unidade	447,73	1.790,92
2	69	LANTERNA TRASEIRA LE	4	Unidade	479,17	1.916,68
2	70	MANGOTE DO RESPIRO	4	Unidade	96,14	384,56
2	71	MANGOTE RADIADOR INF.	4	Unidade	277,84	1.111,36
2	72	MANGOTE RADIADOR SUP.	4	Unidade	229,06	916,24
2	73	MANGUEIRA DE FREIO DT	4	Unidade	41,53	166,12
2	74	MANGUEIRA DE FREIO TS	4	Unidade	40,25	161,00
2	75	MOLAS DO SISTEMA DE FREIO TRASEIRO	4	Unidade	43,33	173,32
2	76	MOLAS ESPIRAL DIANTEIRA	4	Unidade	233,43	933,72



ESTADO DO PIAUÍ  
MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI

Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro

CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080

CNPJ: 01.612.577/0001-17

ADM 2025-2028

2	77	MOTOR DE PARTIDA COMPLETO	2	Unidade	1.614,60	3.229,20
2	78	PARA-BRISA	4	Unidade	681,95	2.727,80
2	79	PARA-CHOQUE DT	4	Unidade	563,08	2.252,32
2	80	PARAFUSO DA BASE DA CAIXA	10	Unidade	22,69	226,90
2	81	PARAFUSO DE RODAS	64	Unidade	8,58	549,12
2	82	PASTILHA DE FREIO	8	Unidade	101,60	812,80
2	83	PESCADOR DE ÓLEO	4	Unidade	111,55	446,20
2	84	PIVÔ DE BANDEJA	12	Unidade	89,27	1.071,24
2	85	PONTA DE EIXO TS	4	Unidade	116,92	467,68
2	86	PROTETOR DE CÁRTER	4	Unidade	210,11	840,44
2	87	RADIADOR	4	Unidade	408,54	1.634,16
2	88	REFIL BOMBA DE COMBUSTÍVEL	4	Unidade	194,43	777,72
2	89	REGULADOR DE VOLTAGEM ALTERNADOR	4	Unidade	263,55	1.054,20
2	90	REPARO DA PINÇAS DE FREIO	4	Unidade	153,96	615,84
2	91	RESERVATÓRIO D'ÁGUA	4	Unidade	123,05	492,20
2	92	RETENTOR DE VÁLVULA	4	Unidade	56,55	226,20
2	93	RETENTOR DO VIRABREQUIM	2	Unidade	60,28	120,56
2	94	RETROVISOR LD	4	Unidade	288,45	1.153,80
2	95	RETROVISOR LE	4	Unidade	301,88	1.207,52
2	96	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA	8	Unidade	150,25	1.202,00
2	97	SAPATA DE FREIOS TRASEIRA	6	Unidade	173,36	1.040,16
2	98	SENSOR DE NÍVEL DE ÁGUA	2	Unidade	154,88	309,76
2	99	SENSOR DE POSIÇÃO DE BORBOLETA TPS	2	Unidade	172,50	345,00
2	100	SENSOR DE TEMPERATURA	8	Unidade	116,53	932,24
2	101	SENSOR DE VELOCIDADE	4	Unidade	172,50	690,00
2	102	SILENCIOSO INTERMEDIÁRIO	4	Unidade	243,80	975,20
2	103	SILENCIOSO TS	4	Unidade	428,00	1.712,00
2	104	SONDA LAMBDA	2	Unidade	470,93	941,86
2	105	SUPORTE ESCOVA DE PARTIDA	4	Unidade	84,12	336,48
2	106	TAMPA RESERVATÓRIO DE ÁGUA	6	Unidade	42,40	254,40
2	107	TENSOR DE CORREIA DENT.	4	Unidade	171,64	686,56
2	108	TERMINAL DE DIREÇÃO	8	Unidade	91,85	734,80
2	109	TRIZETA	6	Unidade	172,50	1.035,00
2	110	VÁLVULA SOLENOIDE	2	Unidade	119,60	239,20
2	111	VELAS DE IGNIÇÃO	12	Unidade	35,25	423,00



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**

Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro

CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080

CNPJ: 01.612.577/0001-17

ADM 2025-2028

2	112	VIDRO DE PORTA LD	2	Unidade	235,37	470,74
2	113	VIDRO DE PORTA LE	2	Unidade	228,47	456,94
<b>Total do Lote: R\$ 104.348,96</b>						
<b>LOTE 03 TOYOTA HILUX PLC UKI6F56 e SLT1F49</b>						
<b>Lote</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição Técnica</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>	<b>V. Unit.</b>	<b>V. Total</b>
3	1	AMORTECEDORES DIANTEIROS	8	Unidade	852,68	6.821,44
3	2	AMORTECEDORES TRASEIROS	8	Unidade	438,83	3.510,64
3	3	ATUADOR DE EMBREGEM	4	Unidade	1.052,70	4.210,80
3	4	BANDEJA DIANTEIRA LD SUSPENSÃO INF.	8	Unidade	1.144,25	9.154,00
3	5	BANDEJA DIANTEIRA LE SUSPENSÃO INF.	8	Unidade	1.169,95	9.359,60
3	6	BASE MOTOR	8	Unidade	412,09	3.296,72
3	7	BATENTE MOLAS TRASEIRA	4	Unidade	149,18	596,72
3	8	BATERIA 75 AMP.	4	Unidade	1.290,88	5.163,52
3	9	BICO INJETOR	16	Unidade	622,31	9.956,96
3	10	BIELETA	8	Unidade	96,95	775,60
3	11	BOMBA D'ÁGUA	4	Unidade	521,13	2.084,52
3	12	BOMBA DE COMBUSTÍVEL COMPLETA	4	Unidade	1.078,80	4.315,20
3	13	BOMBA DE DH	4	Unidade	1.711,00	6.844,00
3	14	BOMBA DE ÓLEO	4	Unidade	1.801,40	7.205,60
3	15	BORRACHA DAS PORTAS	16	Unidade	144,77	2.316,32
3	16	BUCHA DE BANDEJA DIANTEIRA INF.	16	Unidade	198,74	3.179,84
3	17	BUCHA DE BANDEJA DIANTEIRA SUP.	16	Unidade	191,71	3.067,36
3	18	BUCHA ESTABILIZADOR	8	Unidade	141,86	1.134,88
3	19	BUCHA SUPORTE ESCAPE	4	Unidade	35,67	142,68
3	20	BUZINA	4	Unidade	139,20	556,80
3	21	CABO DE FREIO MÃO	8	Unidade	272,63	2.181,04
3	22	CAIXA DE DIREÇÃO	4	Unidade	5.925,86	23.703,44
3	23	CATALIZADOR	4	Unidade	1.294,87	5.179,48
3	24	CHAVE DIRECIONAL	4	Unidade	1.169,28	4.677,12
3	25	CHAVE MAGNÉTICA	4	Unidade	356,58	1.426,32
3	26	CILINDRO DE FREIO RODA TRASEIRA	8	Unidade	204,76	1.638,08
3	27	CILINDRO MESTRE FREIO	4	Unidade	942,50	3.770,00
3	28	COIFA JUNTA DESLIZANTE	16	Unidade	66,14	1.058,24
3	29	COIFA JUNTA HOMOCINETICA	16	Unidade	66,04	1.056,64
3	30	CONTROLE DO ATUADOR DA BORBOLETA	4	Unidade	190,55	762,20



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**

Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro

CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080

CNPJ: 01.612.577/0001-17

ADM 2025-2028

		ACELERAÇÃO				
3	31	CORPO BORBOLETA	4	Unidade	1.059,66	4.238,64
3	32	CORREIA ALTERNADOR	8	Unidade	212,48	1.699,84
3	33	COXIM AMORTECEDOR DIANT.	8	Unidade	257,32	2.058,56
3	34	COXIM DO CAMBIO INFERIOR	8	Unidade	318,69	2.549,52
3	35	CRUZETA	8	Unidade	239,34	1.914,72
3	36	CUBO DE RODA DIANTEIRA	8	Unidade	872,78	6.982,24
3	37	ESTATOR ALTERNADOR	4	Unidade	414,79	1.659,16
3	38	FAROL LD	4	Unidade	1.417,52	5.670,08
3	39	FAROL LE	4	Unidade	1.394,32	5.577,28
3	40	FUSÍVEIS	100	Unidade	1,19	119,00
3	41	HIDROVACUO	4	Unidade	1.357,20	5.428,80
3	42	IMPULSOR DE PARTIDA	4	Unidade	256,05	1.024,20
3	43	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	4	Unidade	537,66	2.150,64
3	44	INTERRUPTOR NIVEL DE ÓLEO	8	Unidade	93,09	744,72
3	45	JUNTA DE COLETOR ADMISSÃO	8	Unidade	53,51	428,08
3	46	JUNTA DE ESCAPE	8	Unidade	55,68	445,44
3	47	JUNTA DE TAMPA DE VÁLVULA	8	Unidade	182,41	1.459,28
3	48	JUNTA DESLIZANTE LADO DO CAMBIO	8	Unidade	708,76	5.670,08
3	49	JUNTA HOMOCINETICA	8	Unidade	668,83	5.350,64
3	50	KIT COROA E PINHÃO	4	Unidade	3.335,96	13.343,84
3	51	KIT DE AMORTECEDORES DIANTEIRO	16	Unidade	129,18	2.066,88
3	52	KIT PONTA DO EIXO CARDÃ	4	Unidade	539,94	2.159,76
3	53	KIT JUNTA MOTOR COMPLETA	4	Unidade	1.412,88	5.651,52
3	54	LAMPADA HB4 LED	16	Unidade	310,98	4.975,68
3	55	LAMPADA H1 LED	16	Unidade	239,77	3.836,32
3	56	LAMPADA H4 LED	16	Unidade	176,03	2.816,48
3	57	LAMPADAS DOIS POLOS	40	Unidade	8,46	338,40
3	58	LANTERNA TRASEIRA LD	4	Unidade	541,14	2.164,56
3	59	LANTERNA TRASEIRA LE	4	Unidade	528,96	2.115,84
3	60	LUVA FRESADA EIXO CARDAN	4	Unidade	528,61	2.114,44
3	61	MANGOTE DO RESPIRO	4	Unidade	137,34	549,36
3	62	MANGOTE RADIADOR INF.	4	Unidade	406,67	1.626,68
3	63	MANGOTE RADIADOR SUP.	4	Unidade	204,28	817,12
3	64	MANGUEIRA DE FREIO DT	8	Unidade	112,52	900,16



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

3	65	MANGUEIRA DE FREIO TS	8	Unidade	123,92	991,36
3	66	MOLAS DO SISTEMA DE FREIO TRASEIRO	8	Unidade	75,76	606,08
3	67	MOLAS ESPIRAL DIANTEIRA	8	Unidade	921,07	7.368,56
3	68	MOTOR DE PARTIDA COMPLETO	4	Unidade	2.807,78	11.231,12
3	69	PARA-BRISA	4	Unidade	1.558,26	6.233,04
3	70	PARA-CHOQUE DT	4	Unidade	1.061,86	4.247,44
3	71	PARAFUSO DA BASE DA CAIXA	24	Unidade	36,04	864,96
3	72	PONTEIRA EIXO CARDÃ	4	Unidade	563,29	2.253,16
3	73	PARAFUSO DE RODAS	72	Unidade	17,34	1.248,48
3	74	PASTILHA DE FREIO	8	Unidade	310,15	2.481,20
3	75	PESCADOR DE ÓLEO	4	Unidade	222,98	891,92
3	76	PIVÔ DE BANDEJA INF.	16	Unidade	217,15	3.474,40
3	77	PIVÔ DE BANDEJA SUP.	16	Unidade	219,59	3.513,44
3	78	PROTETOR DE CARTER	4	Unidade	250,53	1.002,12
3	79	RADIADOR	4	Unidade	2.311,01	9.244,04
3	80	REFIL BOMBA DE COMBUSTÍVEL	4	Unidade	360,76	1.443,04
3	81	REGULADOR DE VOLTAGEM ALTERNADOR	4	Unidade	376,77	1.507,08
3	82	REPARO DA PINÇAS DE FREIO	8	Unidade	248,82	1.990,56
3	83	RESERVATÓRIO D'ÁGUA	4	Unidade	236,00	944,00
3	84	RETENTOR DE VÁLVULA	4	Unidade	201,80	807,20
3	85	RETENTOR DO VIRABREQUIM	4	Unidade	326,23	1.304,92
3	86	RETROVISOR LD	4	Unidade	934,96	3.739,84
3	87	RETROVISOR LE	4	Unidade	928,93	3.715,72
3	88	ROLAMENTO CARDÃ	8	Unidade	395,94	3.167,52
3	89	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA	16	Unidade	217,47	3.479,52
3	90	SAPATA DE FREIOS TRASEIRA	8	Unidade	414,79	3.318,32
3	91	SEMI- EIXO TRASEIRO	8	Unidade	1.147,91	9.183,28
3	92	SENSOR DE NÍVEL DE ÁGUA	4	Unidade	187,90	751,60
3	93	SENSOR DE TEMPERATURA	8	Unidade	208,75	1.670,00
3	94	SENSOR DE VELOCIDADE	4	Unidade	219,59	878,36
3	95	SILENCIOSO INTERMEDIÁRIO	4	Unidade	381,09	1.524,36
3	96	SILENCIOSO TS	4	Unidade	625,32	2.501,28
3	97	SONDA LAMBDA	8	Unidade	673,09	5.384,72
3	98	SUPORTE ESCOVA DE PARTIDA	8	Unidade	144,77	1.158,16
3	99	TAMPA RESERVATÓRIO	8	Unidade	55,95	447,60



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**

Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro

CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080

CNPJ: 01.612.577/0001-17

ADM 2025-2028

		DE ÁGUA				
3	100	TENSOR DE CORREIA ALTERN.	8	Unidade	487,20	3.897,60
3	101	TERMINAL DE DIREÇÃO	8	Unidade	277,74	2.221,92
<b>Total do Lote: R\$ 340.481,64</b>						
<b>LOTE 04 - ONIBUS VW GRANVIA PLC NHZ1D66 e NHZ1E36</b>						
Lote	Item	Descrição Técnica	Quantidade	Unidade	V. Unit.	V. Total
4	1	ADITIVO DE RADIADOR	60	Unidade	45,33	2.719,80
4	2	AMORTECEDOR DIANTEIRO	12	Unidade	821,66	9.859,92
4	3	AMORTECEDOR TRASEIRO	12	Unidade	732,51	8.790,12
4	4	BASE MOTOR DT	12	Unidade	377,38	4.528,56
4	5	BASE MOTOR TS	12	Unidade	564,72	6.776,64
4	6	BATERIA 150AH	8	Unidade	1.620,81	12.966,48
4	7	BOIA TANQUE	8	Unidade	421,57	3.372,56
4	8	BOMBA ÓLEO	10	Unidade	522,87	5.228,70
4	9	BOMBA DE ÁGUA	10	Unidade	643,10	6.431,00
4	10	CÂMARA DE AR 1000/20	20	Unidade	284,90	5.698,00
4	11	SENSOR DE VELOCIDADE	6	Unidade	627,27	3.763,62
4	12	VÁLVULA DE PEDAL	6	Unidade	615,26	3.691,56
4	13	CHAVE LUZ EMERG	6	Unidade	364,45	2.186,70
4	14	CHAVE SETA	6	Unidade	725,29	4.351,74
4	15	CILINDRO AUXILIAR	8	Unidade	596,70	4.773,60
4	16	REPARO DE VÁLVULA DE PEDAL	8	Unidade	136,74	1.093,92
4	17	CONJ PARAF RD	72	Unidade	56,84	4.092,48
4	18	CORREIA AL	12	Unidade	213,32	2.559,84
4	19	CORREIA DH	12	Unidade	158,08	1.896,96
4	20	CUICA	12	Unidade	672,80	8.073,60
4	21	CRUZETA	12	Unidade	335,09	4.021,08
4	22	ESCOVA MOTOR PARTIDA	12	Unidade	221,68	2.660,16
4	23	IMPULSOR MOTOR PARTIDA	12	Unidade	358,27	4.299,24
4	24	INTERRUPTOR FR	12	Unidade	125,05	1.500,60
4	25	INTERRUPTOR LUZ RE	12	Unidade	104,23	1.250,76
4	26	LAMPADA 1034	60	Unidade	9,55	573,00
4	27	LAMPADA 1141	60	Unidade	9,22	553,20
4	28	LONA FREIO DT	12	Unidade	448,89	5.386,68
4	29	LONA FREIO TS	12	Unidade	430,63	5.167,56
4	30	KIT DE EMBREAGEM	12	Unidade	5.304,10	63.649,20
4	31	PALHETA LIMP	16	Unidade	129,08	2.065,28
4	32	PROTETOR DE RODA	10	Unidade	114,42	1.144,20
4	33	REGULADOR ALT	10	Unidade	343,34	3.433,40
4	34	RESERVATÓRIO ÁGUA RAD	10	Unidade	331,91	3.319,10
4	35	RETENTOR CX MAR	12	Unidade	140,36	1.684,32
4	36	RETENTOR EIXO PILOTO	12	Unidade	156,33	1.875,96



ESTADO DO PIAUÍ  
MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI

Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro

CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080

CNPJ: 01.612.577/0001-17

ADM 2025-2028

4	37	RETENTOR RD TS	12	Unidade	140,36	1.684,32
4	38	ROL TENSOR	12	Unidade	307,40	3.688,80
4	39	MOTOR DE PARTIDA	12	Unidade	1.718,45	20.621,40
4	40	RADIADOR	8	Unidade	2.148,41	17.187,28
4	41	PARA-BRISA	6	Unidade	5.968,75	35.812,50
4	42	ROLAMENTO DE CENTRO	15	Unidade	281,91	4.228,65
4	43	LUVA DE TRANSMISSÃO	10	Unidade	403,97	4.039,70
4	44	LUVA DO EIXO PILOTO	10	Unidade	281,18	2.811,80
4	45	LUVA DO PIÃO	10	Unidade	313,17	3.131,70
4	46	PONTEIRA DE TRANSMISSÃO	10	Unidade	425,26	4.252,60
4	47	COROA E PINHÃO	6	Unidade	5.348,76	32.092,56
4	48	FAROL BIODO	16	Unidade	433,06	6.928,96
4	49	SENSOR DE TEMPERATURA	8	Unidade	148,79	1.190,32
4	50	ALTERNADOR	6	Unidade	2.917,78	17.506,68
4	51	REPARO DO SERVO DE EMBREAGEM	12	Unidade	279,25	3.351,00
4	52	SERVO DE EMBREAGEM	12	Unidade	1.987,37	23.848,44
4	53	CONJUNTO DE VÁLVULA APU	12	Unidade	1.127,72	13.532,64
4	54	VISCOSA EMBREAGEM ELETROMAGNÉTICA	10	Unidade	1.914,00	19.140,00
4	55	SAPATA DE FREIO	16	Unidade	647,43	10.358,88
4	56	MOLA MESTRE DIANTEIRA	12	Unidade	498,57	5.982,84
4	57	MOLA SEGUNDA VIRADA DIANTEIRA	12	Unidade	442,80	5.313,60
4	58	MOLA MESTRE TRASEIRA	12	Unidade	528,96	6.347,52
4	59	MOLA SEGUNDA VIRADA TRASEIRA	12	Unidade	500,17	6.002,04
4	60	PINO DA MOLA DIANTEIRA	12	Unidade	78,05	936,60
4	61	PINO DA MOLA TRASEIRA	12	Unidade	75,76	909,12
4	62	RELÉ AUXILIAR	20	Unidade	54,11	1.082,20
4	63	MOTOR DO LIMPADOR	8	Unidade	678,40	5.427,20
4	64	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO	12	Unidade	1.743,68	20.924,16
4	65	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO	12	Unidade	1.839,41	22.072,92
4	66	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO INTERNO	12	Unidade	331,30	3.975,60
4	67	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO EXTERNO	12	Unidade	378,62	4.543,44
4	68	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRO INTERNO	12	Unidade	585,45	7.025,40
4	69	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRO EXTERNO	12	Unidade	629,07	7.548,84
4	70	SEMI EIXO	8	Unidade	1.687,60	13.500,80



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

4	71	MANGUEIRA DE FREIO	12	Unidade	84,59	1.015,08
4	72	VÁLVULA THERMOSTÁTICA	12	Unidade	550,50	6.606,00
4	73	VÁLVULA DE FREIO DE MÃO	8	Unidade	667,78	5.342,24
4	74	BARRA DE DIREÇÃO	6	Unidade	1.052,47	6.314,82
4	75	BRAÇO DE DIREÇÃO	8	Unidade	325,65	2.605,20
4	76	TERMINAL DE DIREÇÃO	8	Unidade	318,16	2.545,28
4	77	CONJUNTO ESPELHO RETROVISOR	6	Unidade	682,89	4.097,34
4	78	VÁLVULA RELÉ	8	Unidade	344,25	2.754,00
4	79	SILENCIOSO	8	Unidade	562,46	4.499,68
4	80	CANO INTERMEDIÁRIO	6	Unidade	388,52	2.331,12
4	81	KIT DE PISTÃO	4	Unidade	4.424,53	17.698,12
4	82	KIT DE JUNTA DE MOTOR	6	Unidade	2.016,46	12.098,76
4	83	BICO INJETOR	12	Unidade	346,76	4.161,12
4	84	JUNTA DE TAMPÃO	12	Unidade	439,33	5.271,96
4	85	ÁGUA DESMINERALIZADA LT	120	Unidade	10,51	1.261,20
<b>Total do Lote: R\$ 621.041,97</b>						

Total dos lotes: R\$ 1.176.986,20.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, bem como os itens deverão se comportar com adjudicação por lote. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

**1.3. Justificativa da adjudicação por lote:**

1.4. A adoção do julgamento por lote justifica-se pela eficiência, e mostra-se adequada, pois gera maior economia de escala, melhor gerenciamento de almoxarifado, menor custo administrativo de servidores na fiscalização (inclusive gestores e fiscais de contratos), segurança quanto à disponibilidade dos itens, vantajosidade e rapidez na entrega de itens, e ausência de risco de comprometimento da logística de abastecimento, uma vez que a adjudicação por item se fragmenta em tese por muitos fornecedores de forma antieconômica. Neste sentido, o Art. 40, da Lei 14.133/2021, inciso I, §, 3º, traz a previsão de que o parcelamento não será adotado quando a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor, entendimento também consolidado pelo Tribunal de Contas da União.

1.5. A previsão do inciso I do § 3º do art. 40 da Lei 14.133/2021 traz um ganho significativo de eficiência econômica para a Administração Pública ao permitir a concentração de compras sempre que a economia de escala e a redução de custos de gestão recomendar a aquisição em maior volume com um único fornecedor. Além disso, ao concentrar a demanda em reduzidos lotes, reduz-se de forma substancial o esforço de acompanhamento, fiscalização e eventual gerenciamento de aditivos, o que diminui riscos de descumprimento e retrabalho, uma vez que em mais de muitos itens poderiam, em tese, haver inúmeros contratos distintos, caso fosse adjudicação por item. Essa simplificação operacional libera tempo e recursos humanos, que podem ser direcionados para outras atividades estratégicas, sendo fator de eficiência na Administração Pública. A previsibilidade orçamentária tam-



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

bém se beneficia: com um contrato único, torna-se mais fácil projetar impactos financeiros ao longo do exercício e mitigar surpresas causadas pela variação de preços entre múltiplos fornecedores. Diante do exposto, com base no Art. 40, I, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência consolidada (TCU, Acórdãos nº 5260/2011; 3140/2006 e 3041/2008, dentre outros), conclui-se que a adjudicação por lote no presente certame é a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo maior eficiência, melhor gestão contratual e maior economicidade.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação nas mídias oficiais, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado ou aditivado por prazo previsto na legislação.

1.7. Justificada, ainda, a não exclusividade para ME/EPP/Equiparado em razão do valor do lote/item. Haverá preferência de contratação como critério de desempate, definido neste instrumento convocatório para fornecedor local (dentro da circunscrição municipal) ou regional (dentro do estado do Piauí) enquadrado como ME/EPP em até 10% superior ao menor preço apresentado, na forma da LC nº 123/2006 recepcionada pela Lei 14.133/2021, conforme regulamentação municipal.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos mínimos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

### **Da vedação de utilização de marca e/ou produto na execução do serviço**

- a) Produtos de que não estejam em conformidade com as normas vigentes no país, sobretudo as normas higienicossanitárias.

### **Da exigência de amostra**

2.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá apresentar amostra, se solicitada, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

2.3. poderão ser exigidas amostras de todos os itens, em prazo definido por autoridade competente, não inferior ao prazo de entrega.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

2.4. As amostras poderão ser entregues no endereço informado pela autoridade que solicitou, no mesmo prazo definido para entrega, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega, ou em outro local determinado.

2.5. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo, se houver possibilidade e se autorizado por escrito pela autoridade solicitante.

2.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

2.7. Serão avaliados todos aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

2.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

2.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

2.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

2.11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

2.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso..

### **Subcontratação**

2.13. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

2.13.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em esta licitação.

2.13.2. A subcontratação fica limitada a 25% do objeto a ser licitado, conforme art. 67, §9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

### **3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

3.1. O prazo de entrega dos itens solicitados é de até 05 dias úteis, contados da ciência de ordem de fornecimento, por qualquer meio válido.

3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

3.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

3.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas. Observará-se ainda legislação específica quanto à validade dos produtos.

3.5. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

### **4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, com convocação para assinar o contrato em até dois dias úteis.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

4.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

4.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

4.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

4.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

4.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

4.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

4.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostila mento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

4.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

4.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

4.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

4.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

4.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

4.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

4.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

4.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

## **5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo imediato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo da data de publicação a até a data de vencimento do contrato ou acabarem os quantitativos do contrato, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, após autorização da autoridade competente.

5.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

5.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

5.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line facultativa ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou sítios equivalentes para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.13. Constatando-se, junto ao SICAF ou sítios equivalentes, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou sítios equivalentes em que se verifique a regularidade da contratada.

#### **Prazo de pagamento**

5.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

5.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **SELIC** de correção monetária, ou outro índice definido pela autoridade competente.

### **Forma de pagamento**

5.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto Cessão de crédito

5.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

5.23.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

5.24. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

5.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.



5.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

5.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento **de LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

### Habilitação jurídica:

1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

1.8. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

1.9. Declaração de que atendimento aos requisitos de habilitação;

1.10. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

1.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

1.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ou documento equivalente;

1.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, ou equivalente;

1.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.17. Declaração sobre o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sobre empregabilidade de menores.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

1.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira:**

1.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**Qualificação técnica:**

1.20.1 Comprovação de aptidão por certidão (s) ou atestado (s), que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

1.21. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

1.21.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

1.21.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

1.21.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

1.21.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

1.21.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

1.21.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

1.21.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **2. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O custo estimado total da contratação é conforme previsto neste Termo de Referência.

2.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## **3. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município e outros recursos, dentre outros que poderão ser apostilados:

3.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária vigente.

3.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Francisco Macedo, 07 de abril de 2026.

**ADEILSON ANTÃO DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal



## ANEXO II – Modelos de declarações

Ref.: Pregão Eletrônico nº 006-2026 – P.M. de Francisco Macedo – PI

### DECLARAÇÕES CONJUNTAS EM ATENDIMENTO À LEI nº 14.133/2021:

XXXXXXXXXXXXXXXXX (CNPJ nº XXXXXXXX), pessoa jurídica de direito privado, vem DECLARAR para fins de atendimento ao certame epigrafado que:

- 1 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 2 - Que atende aos requisitos de habilitação previstos na legislação e no edital;
- 3 – Que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e no Artigo Art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021, sobre empregabilidade de menores.
- 4 - Que sua (s) proposta (s) econômica (s) compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme exigência do Art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 5- Que a empresa XXXXXXXX, se enquadra, para fins de atendimento da LC 123/2006, como ME/EPP/MEI/Equiparado, para fins de atendimento ao tratamento diferenciado da referida lei (NA HIPÓTESE DE ENQUADRAMENTO COMO TAL).

XXXXXXXXX, XX de XXXXX de 2023.

---

Assinatura do Representante Legal



ESTADO DO PIAUÍ  
MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

### ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FRANCISCO  
MACEDO - PI, POR INTERMÉDIO DO  
(A) .....  
E .....**

O Município de Francisco Macedo - PI por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no (a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 7. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

3.4. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para fornecimento de peças veiculares, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, com prazo de fornecimento e demais condições conforme previsto no supracitado instrumento.

3.5. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

3.5.1. O Termo de Referência;

3.5.2. O Edital da Licitação;

3.5.3. A Proposta do contratado;

3.5.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados, e a proposta do órgão federal, em omissão de qualquer desses documentos.

#### 4. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura contratual prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

4.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## **5. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

5.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **6. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

6.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% do valor total do contrato, nas seguintes condições:

6.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

6.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.2. A subcontratação depende de autorização prévia e por escrito do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.2.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **7. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

7.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

7.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**8. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

8.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**9. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e reajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice usado pela autoridade competente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**10. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

10.1. São obrigações do Contratante:

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

- 10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 10.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 10.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 10.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias úteis a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 dias úteis.
- 10.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 10.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

## **11. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato e fazer a entrega do produto conforme termo de referência;

11.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

11.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

11.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

11.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

11.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
  1. moratória de 5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 dias;



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

2. compensatória de 40% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**14. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal deste exercício, sem prejuízo de apostilamento de outras fontes:

FONTE	PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA
500, 540, 541, 542, 543, 546, 550, 553, 569, 576, 600, 621, 660, 661, 706, 710, 720 e 750	04 122 1303 2004 0000	339030

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, bem como mediante apostilamento.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, podendo ser reajustado de comum acordo percentual superior.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, exceto caso seja



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO – PI**  
Avenida Maria de Carvalho Alencar, 36, Centro  
CEP: 64.683-000 – Fone (89) 3435-0080  
CNPJ: 01.612.577/0001-17  
ADM 2025-2028

dispensável por força de lei, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Comum em Padre Marcos – PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

*Francisco Macedo - PI, [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
**Representante legal do CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**Representante legal do CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_